

#RestoreOcean

É POSSÍVEL CONCILIAR O RESTAURO DA NATUREZA E A PESCA

A Lei do Restauro da Natureza da UE (LRN) está na fase final de negociações, onde o Parlamento Europeu e o Conselho da UE vão tentar chegar a um acordo sobre a versão final da lei. As posições destas duas instituições são semelhantes, mas a versão da lei do Parlamento vai um passo mais longe no que diz respeito às pescas.

A LRN é o legado da UE para proteger a vida marinha e a biodiversidade para as gerações futuras. Para além de beneficiar o nosso planeta, ajudará a proteger empregos no sector marinho, a manter os sistemas alimentares em funcionamento e a combater as alterações climáticas.

VENHA MERGULHAR NESTE ASSUNTO CONNOSCO...

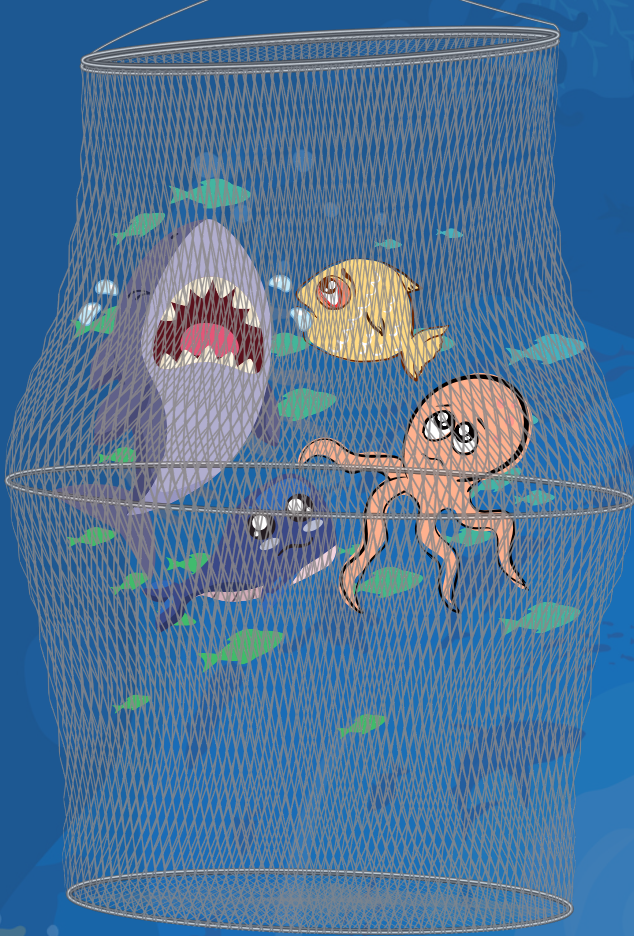
O QUE É QUE O PARLAMENTO QUER?



A LRN estabelece legislação vinculativa para restaurar a natureza que vai obrigar mudanças na forma como as indústrias exploram o oceano, incluindo a indústria pesqueira. Mas já existe uma lei em vigor para gerir a pesca na UE: a Política Comum das Pescas (ou PCP).

A versão da LRN do Parlamento inclui uma medida que significaria que as duas leis – LRN e PCP – funcionam em harmonia, fazendo com que os Estados-Membros da UE resolvam em conjunto os problemas que ocorrem quando as práticas de pesca de um país têm um impacto negativo nos esforços de restauro de outro. Este processo é conhecido como procedimento de recomendação comum.

PORQUE É QUE NÓS PRECISAMOS DISSO?



O procedimento de recomendação comum já faz parte da PCP, mas os Estados-Membros apenas são encorajados a utilizá-lo, o que fez com que raramente fosse aplicado. O texto do Parlamento visa resolver esta questão, exigindo que os Estados-Membros encontrem soluções conjuntas quando houver um conflito entre o restauro do meio marinho e as atividades de pesca com maior impacto, como o arrasto de fundo e as dragas.

Atualmente, os Estados-Membros da UE não cumprem os seus compromissos legais de proteção da natureza. A falta de vontade política, a lentidão da acção e a pouca ou nenhuma comunicação entre os Estados-Membros contribuíram para que estas formas de pesca continuassem em zonas marinhas que foram identificadas como necessitando de protecção. Nas palavras da Agência Europeia do Ambiente, “os interesses da pesca comercial foram favorecidos em detrimento dos requisitos de conservação da natureza”.

A versão da LRN do Parlamento inclui medidas para resolver este problema.

E AGORA?



Embora o texto da LRN do Parlamento aborde este problema, não foi incluído pela Comissão Europeia na sua primeira versão da lei ou pelos Estados-Membros como parte da posição do Conselho, numa tentativa de manter o status quo. À medida que as negociações entre as diferentes instituições da UE estão em curso, o Conselho da UE e a Comissão Europeia precisam de igualar a ambição do Parlamento Europeu, aprovando uma lei que seja adequada às necessidades de conservação do oceano, e ouvir as vozes dos cientistas, empresas e jovens em toda a UE apelando ao restauro da natureza.

**COM AS ELEIÇÕES EUROPEIAS AO VIRAR DA ESQUINA,
É HORA DOS LÍDERES DA UE MATERIALIZAREM OS
SEUS COMPROMISSOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS!**